

## RESOLUÇÃO Nº 14/2006 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 06 e 07/05/2006)

(Retificada no Diário Oficial de 07 e 08/10/2006)

Retificada pelo DOE de 07 e 08/10/06.

Revogada pela Resolução nº 17/17.

### **Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CATA TECIDOS TÉCNICOS LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à indústria CATA TECIDOS TÉCNICOS LTDA., CNPJ nº 05.792.223/0001-52, instalada no município de Camaçari - neste Estado, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CATA TECIDOS TÉCNICOS LTDA., nas operações de saídas de embalagens de tecidos, fios, fitas, alças, cadarços, tecidos técnicos e lonas, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) meses, contado a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

**Nota:** A redação atual do inciso “I” do art. 1º foi Retificada no DOE de 07 e 08/10/06, efeitos a partir de 07/10/06.

**Redação originária, efeitos até 06/10/06:**

*“I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CATA TECIDOS TÉCNICOS LTDA., nas operações de saídas de fios, fitas, alças, cadarços, tecidos técnicos e lonas, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) meses, contado a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.”*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Salvador**, 05 de maio de 2006.

**JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO**  
Presidente